

Abreu admite dar prazo de vinte anos para os estados

BRASÍLIA — O ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, considera “uma proposta interessante” a rolagem das dívidas dos estados e municípios com a União, nos mesmos termos do acordo que seu colega da Fazenda, Mailson da Nóbrega, conseguiu com relação à dívida externa do país, ou seja, rolagem por um prazo de 20 anos. O governo está enfrentando uma onda de protestos dos governadores e secretários estaduais da Fazenda contra a portaria 521 do Tesouro Nacional que obriga os estados a pagar 25% de suas dívidas com o governo federal, admitindo rolar apenas 75%.

Na opinião de Abreu, a proposta “é interessante para ser examinada e pode ser até que se chegue à conclusão de que o critério estabelecido hoje seja mais ameno do que esse”. Para o ministro, a reação dos secretários estaduais “já estava prevista”, pois, disse, “se você tem um programa de investimentos, um programa de gastos com o estado e de uma hora para outra você vê subtraído parte dos recursos que destinaria a investimentos, é claro que você tem de reagir”. Disse ainda que, se fosse secretário da Fazenda, reagiria “ainda com mais intensidade”.

Congresso — A determinação do Tesouro Nacional já constava da proposta de Orçamento Geral da União, para 1989, encami-

nhada ao Congresso Nacional, que terá poderes para modificá-la conforme a nova Constituição. No entanto, Abreu adverte: “Nós temos um programa de redução do déficit, inclusive um programa cujas metas foram compromissadas junto ao FMI.”

Caso o Congresso recuse a proposta de os estados pagarem 25% de suas dívidas, terá que indicar, diz o ministro do Planejamento, “quais os itens ou dotações do Orçamento Geral da União” que terão que ser cortados para “compensar a elevação da rolagem de dívida dos estados e municípios”. O total da dívida dos estados junto ao Tesouro Nacional é US\$ 10 bilhões, referentes aos juros.

☐ Os meios de pagamento — dinheiro em poder do público mais depósitos à vista nos bancos — tiveram uma expansão de 12,1%, em agosto, bem abaixo do índice de inflação e também do índice registrado no mesmo mês do ano passado. Isso indica que o público, em função dos altos índices de inflação, está preferindo deixar seus recursos aplicados em ativos financeiros, ou outros tipos de investimento, do que em depósitos à vista ou no bolso.

20 SET 1988

JORNAL DO BRASIL